

Compreender os micro-processos sociais de criação de espacialidades cinéticas no (re)pensar das práticas de urbanismo

Marlucci Menezes - Geógrafa, Doutora em Antropologia, Investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, LNEC. Av. do Brasil n.º 101, 1700-066 – Lisboa, marlucci@lnec.pt

Resumo

Salienta-se a importância de investigar e trabalhar sobre (e com) os micro-processos sociais de adaptação, inovação e invenção de espacialidades e ambiências sociais cinéticas no âmbito dos processos de urbanização. Para efeito, discutem-se alguns aspectos socio-espaciais observados em espacialidades e ambiências cinéticas de contextos urbanos de Cabo Verde, nomeadamente na Cidade da Praia – Ilha de Santiago – e de Sal Rei – Ilha de Boa Vista. De um ponto de vista metodológico, retomam-se alguns aspectos referidos no livro “Architectes des favelas” (Drummond, 1981) e que reflete sobre as dinâmicas construtivas evolutivas e as práticas coletivas no espaço da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro-Brasil.

Palavras-chave: cinética urbana, espacialidade, micro-processos sociais, planeamento urbano

Abstract

We emphasize the importance of investigating and working on (and with) social micro-processes of adaptation, innovation and invention of spatiality and social kinetic settings within the urbanization processes. For the purpose, we discuss some socio-spatial aspects observed in spatial and kinetic ambiances of urban context in Cape Verde, namely at Cidade da Praia – Santiago Island – and at Sal Rei – Boa Vista Island. From a methodological point of view, we follow some aspects mentioned in the book "Architectes des favelas" (Drummond, 1981), concerning the evolutionary constructive dynamics and collective practices within the favela of Rocinha in Rio de Janeiro, Brazil.

Keywords: urban kinetic, spatiality, social micro-process, urban planning

Observar e descrever espacialidades cinéticas

A questão habitacional ou melhor dizendo o problema da habitação é, em África como no Brasil, um assunto premente e que deve ser olhado à luz da questão urbana, já que intimamente associado à produção do espaço urbano. Em ambos os contextos são notórias as dificuldades associadas à implementação de um eficaz sistema de planeamento urbano, nomeadamente quando de um crescimento descontrolado, rápido e desordenado do território e ao qual se relacionam um conjunto de fragilidades: falta de infraestruturas, marginalidade socio-urbanística, desigualdades na ocupação do espaço (etc.). Acresce que as preocupações com a promoção de habitação e de infraestrutura seguem o crescimento da cidade, ao invés de facilitar e abrir novos centros de crescimento urbano, seja dentro ou fora da cidade infra-estruturada. Assim, o planeamento, as infraestruturas e os serviços são posteriormente criados (quando criados), não identificando uma estratégia – uma visão – de integração das áreas carenciadas como um benefício mais global para a cidade (Mehrotra, 2007). Como é sabido, este panorama de dificuldades agrava-se ainda mais face ao esgotamento e aos poucos recursos existentes, aos problemas ambientais e ao aumento da ocorrência de eventos naturais catastróficos (tendo ainda em conta que estes se tornam ainda mais graves em função dos modelos de ocupação do território urbano).

Um tal panorama não torna evidente que a adoção de um planeamento e mesmo de um urbanismo formal – ainda que resultantes de processos de reurbanização de áreas informais ou de reassentamento de populações – consigam responder aos desafios de melhoria da qualidade de vida das populações urbanas. E para complexificar ainda mais, não é de desconsiderar que em muitas das cidades contemporâneas coexistem diferentes formas de urbanismo, o que é revelador do “colapso simultâneo, frequentemente caleidoscópico” (Mehrotra, 2010) das tantas concepções de urbanismo (novo urbanismo, pós-urbanismo, urbanismo alternativo, urbanismo quotidiano – onde se inclui as diferenciadas formas de urbanismo autóctone e popular), para além de proporcionar uma diversidade de condições urbanas, muitas das quais repletas de desigualdades. Para Mehrotra, a par da variedade de formas “estranhas” com que se manifestam as cidades latino-americanas, africanas e asiáticas, este colapso assume uma expressão particular ao verificar-se que “os disparatados níveis de desenvolvimento económico complicam a já existente paisagem esquizofrenica da cidade contemporânea”.

Integrar as questões do planeamento e das infraestruturas a um amplo sistema económico, social e cultural, onde interessará captar os modos de convivência entre os vários modos urbanos – estático e cinético, formal e informal – poderá ser um caminho para responder aos

desafios que se colocam. Assim, o interesse em captar as imbricadas relações entre estas diferentes cidades, sobretudo porque produzem uma sinergia que extravasa a estrutura urbana formalizada, indicando uma exploração criativa da infraestrutura existente, contribuindo para que surjam serviços e espaços inovadores e aos recursos existentes (Menezes, 2013).

Tais aspectos salientam o interesse em pensar e atuar sobre, com e na cidade, a partir de noções como adaptabilidade, flexibilidade e simultaneidade, entre outras expressões que evocam coexistência. E, no campo da (re)invenção das práticas de urbanismo, a ideia de cidade cinética – que sucede das experiências informais de ocupação do espaço urbano – enquanto uma cidade em constante transformação e em contínuo movimento – permite destacar o âmbito geral que enquadra o presente texto. Isto porque, a compreensão da cidade cinética dá-se sobretudo a partir dos modelos de ocupação do espaço (enquanto espacialidades e ambiências sociais, maioritariamente identificadas com os espaços públicos e coletivos), valores e suportes de vida, do que propriamente pela arquitetura. Uma cidade em que a cinética da informalidade que se vai criando está, em grande medida, identificada com os recursos e as táticas sociais autóctones. Isto é, com uma habilidade para sobreviver particularmente relacionada com uma estratégia de sustentabilidade.

Portanto, no sentido de relevar a importância de investigar e trabalhar sobre (e com) os micro-processos sociais de adaptação, inovação e invenção de espacialidades e ambiências sociais cinéticas que esta reflexão irá incidir. O objetivo geral é, a partir de uma perspectiva antropológica, sublinhar dois aspectos: (1) o interesse do conhecimento dos micro-processos sociais relacionados com a cinética das espacialidades urbanas no (re)pensar das práticas de urbanismo; isto é, conhecer como a sociedade vai respondendo as necessidades quotidianas, procurando, assim, compreender em que medida as respostas cineticamente fornecidas podem inspirar uma “arquitetura essencial” (Ségau, 2010); (2) o interesse em (re)pensar essas mesmas práticas a partir de um caminho que permita restituir a iniciativa espacial dos habitantes, porque relacionada como uma estratégia de sobrevivência que tira proveito dos recursos informais e formais e que, em muitos casos, pode ser perspectivada como uma estratégia de sustentabilidade.

De um ponto de vista mais específico, abordam-se alguns aspectos socio-espaciais observados em espacialidades e ambiências cinéticas de contextos urbanos de Cabo Verde, nomeadamente na Cidade da Praia – Ilha de Santiago – e de Sal Rei – Ilha de Boa Vista. De um ponto de vista metodológico, retomam-se alguns aspectos referidos no, já clássico,

“Architectes des favelas” (Drumond, 1981) e que reflete sobre as dinâmicas construtivas evolutivas e as práticas coletivas no espaço da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro-Brasil.

A cinética invenção de paisagens urbanas em cabo verde

Em contato com a realidade urbana de Cabo Verde um dos aspectos que mais chamou-me a atenção foi o progressivo acelerar da ocupação cinética e informal do território urbano nos últimos anos. Dinâmicas explicáveis por vários fatores – aumento da migração rural-urbano, desenvolvimento turístico e económico das cidades, precariedade habitacional e económica, ineficaz planeamento urbano, crescimento rápido e desordenado do território (ver. Fig 1.).

Desde os anos de 1980, a maior parte das habitações construídas foram casas unifamiliares e autoconstruídas em sistema evolutivo, com recurso as poupanças individuais ou familiares e, regra geral, edificadas em bairros espontâneos, onde sobretudo são mais evidentes os bairros situados nos arredores da Praia e do Mindelo, o que conseqüentemente acabou por gerar “o *grande* mercado informal da construção” (Almeida, 2009). À este modelo associa-se ainda a “construção por administração direta, envolvendo a camada social mais elevada, solvente ao regime de crédito atual e que, moralmente produz habitação de estandarte relativamente elevado” (Almeida, 2009).

Fig. 1. Do sentido “espontâneo” de produção do espaço urbano na Praia – Ilha de Santiago



As precariedades e insuficiências que, regra geral, caracterizam as habitações “espontâneas” – cuja fase mais consolidada é em “alvenaria de pedra e bloco, com laje e betão” – resultam “numa definição e marcação dos caracteres urbanos”, com conflitos de alinhamento, deficientes sistemas de acessibilidade e infraestrutura básica, deficitária drenagem pluvial e crescentes riscos associados aos desmoronamentos (Almeida, 2009). Estas situações são particularmente recorrentes na Cidade da Praia (Ilha de Santiago) e Mindelo (Ilha de São Vicente).

No caso da Ilha da Boa Vista, nomeadamente no que se refere à cidade de Sal Rei, o fenómeno da construção espontânea e informal possui uma evidência mais recente e, em grande medida, associa-se aos investimentos realizados no setor turístico nacional. Isto é, com o aumento do número de hotéis, implicando uma crescente demanda de trabalho na construção civil, atraindo mão-de-obra na própria ilha, bem como de outras ilhas e mesmo

migrantes internacionais, sobretudo oriundos da costa ocidental de África. A deficiente oferta de alojamento, entre outras dificuldades, empurraram estes trabalhadores da construção civil para o setor informal da habitação, como dificultaram o acesso às rendas mais económicas, já que os preços das habitações ficaram inflacionados. As deficientes condições de habitabilidade e a localização inadequada destes bairros espontâneos, entretanto localizados na zona de expansão urbana da cidade colonial, reproduzem a informalidade que, em grande medida, se verifica em outros contextos urbanos do país (ver Fig. 2).

Figura 2: Bairros espontâneos, Sal Rei – Ilha da Boa Vista



Sobre o crescimento urbano da Cidade da Praia, Medina Nascimento (2009) descreve como se tratando de uma paisagem cinética. Ou seja, como uma:

(...) cidade cinzenta e de contrastes, que cresce a duas velocidades: por um lado, o crescimento formal lento e desajustado, instalado principalmente nos planaltos com localizações privilegiadas junto à orla marítima e, por outro, o crescimento informal rápido e descontrolado, instalado principalmente em áreas teoricamente inconstituíveis (Medina Nascimento, 2009).

Captando Espacialidades Cinéticas

A ideia de “paisagem de rua” traduz bem o sentido cinético de que fala Mehrotra (2008, 2010), o que confere um papel de destaque às dinâmicas sociais quotidianas, bem como aos espaços públicos e coletivos. A cidade cinética ajusta-se ao que quotidianamente se manifesta como necessidades e recursos. É uma cidade flexível e híbrida, em constante transformação e movimento, por contraposição com o que o autor considera suceder na “cidade estática” da Arquitetura. A fábrica física da cidade cinética possui uma natureza temporária e está em constante reinvenção, sendo a sua silhueta composta por materiais provisórios e reciclados, contrariamente ao que sucede na cidade estática e com materiais mais permanentes. Na cidade cinética, as necessidades de serviços e de infraestruturas, nomeadamente junto das populações mais carenciadas, são cineticamente geridas através de uma capacidade de margem de manobra na gestão dos recursos mínimos (Menezes, 2013). Para Mehrotra (2010), a percepção da cidade cinética distingue-se daquela construída relativamente a cidade estática: a primeira é percebida a partir de uma característica tridimensional e em continuado movimento, já a segunda seria percebida a partir de uma perspectiva bidimensional e, em muito ligada à Arquitetura, aos mapas e aos monumentos. Para o autor, a percepção da cidade cinética não

depende da Arquitetura, mas sim dos espaços, valores e suportes de vida, onde as modalidades de ocupação, as *espacialidades*, são o que mais influem nas suas formas e percepções.

A capacidade que determinados sistemas sociais têm de ajuste aos incessantes movimentos e constantes transformações relativos à cidade cinética, permite-nos estabelecer uma associação com a ideia de adaptabilidade e que refere-se a “capacidade de um sistema de responder as variações do ambiente, assegurando ao mesmo tempo a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento” (Couto, 2010: 59).

Com um objetivo de compreender estes micro-processos quotidianos de fazer (e refazer) espaços e inventar espacialidades, recorre-se, numa primeira fase de interpretação analítica ao trabalho “Architectes des favelas” da autoria de Dider Drumond (1981). Este autor propõe um entendimento da evolução das formas urbanas na favela da Rocinha a partir de três fases, subentendo que estas fases correspondem a modos específicos de tratamento dos espaços privados e públicos. Ao centrar-nos num dos aspectos abordados pelo autor e que se refere a evolução das formas urbanas naquela favela, observam-se três etapas específicas (ver Figuras 3 a 5), ainda que em contínuo movimento e transformação, na implantação e tratamento dos espaços privados e públicos: 1ª) implantação dos abrigos precários; 2ª) transformação dos abrigos em barracas; 3ª) construção sólida.

Fig. 3 – Etapa 1 (Drumond, 1981: 67)

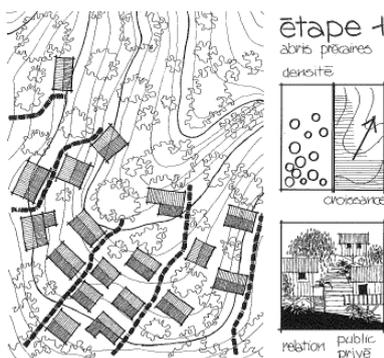


Fig. 4 – Etapa 2: (Idem, 1981: 69)

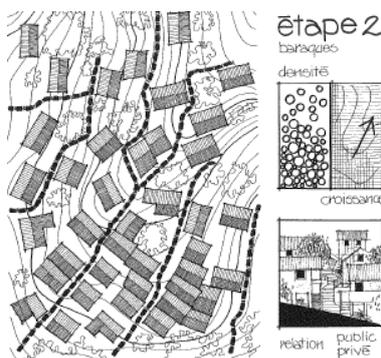
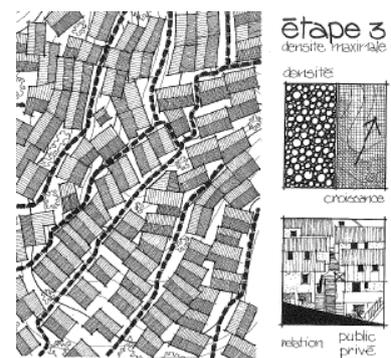


Fig. 5 – Etapa 3 (Ibidem, 1981: 70)



Centrando-se a atenção no sentido cinético, em movimento contínuo e em constante transformação, conforme assumido pelas espacialidades criadas nos contextos de referência da presente reflexão, recorre-se as três fases acima referidas. A ideia é identificar um primeiro caminho analítico-metodológico que permita explorar um pouco mais o sentido cinético da espacialidades e respectiva paisagem para os casos das áreas informais da Cidade da Praia e de Sal Rei – Ilha da Boa Vista. Na figura 6 indica-se uma primeira leitura destas fases, nomeadamente: fase 1 – imagens 1, 2 e 3; fase 2 – imagens 4, 5 e 6; fase 3 – imagens 7, 8 e 9.

Figura 6: Diferentes momentos construtivos de um bairro espontâneo



Cada uma destas etapas configura uma progressiva alteração na forma e nos materiais utilizados, destacando-se o continuado processo de transformação na apropriação dos espaços públicos coletivos, nomeadamente na definição de espacialidades urbanas (Menezes, 2013a). Designadamente, observam-se as seguintes etapas e transformações mais características (ver Figuras 7 a 10):

- 1ª Etapa: as espacialidades criadas remetem para espaços de circulação e depósito de materiais, são pouco expressivas em termos das sociabilidades e de extensão de atividades de lazer e económicas, são áreas expectantes e de oportunidades (ver Fig. 7).
- 2ª Etapa: a sua configuração é ténue, mas identifica uma apropriação mais evidenciada do espaço, sobretudo em volta da habitação, onde aos poucos verificam-se iniciativas de demarcação entre o espaços privado/público (ex. através de muros, canteiros e bancos), entre atividades domésticas e económicas alternativas/informais, os espaços exteriores mantêm-se como áreas de circulação, mas progressivamente tornam-se contextos de sociabilidade e com novas funcionalidades, a par da consolidação de outras já implementadas.
- 3ª Etapa: a consolidação da casa torna-se mais expressiva, bem como a demarcação dos territórios próximos.

Fig. 7. Implantação de abrigos e espacialidades criadas



Fig. 8. O que vai ficando entre abrigos e barracas, e entre barracas



Fig. 9. Espacialidades criadas na passagem de uma situação de abrigo à de barraca



As interrelações entre espaços criam espacialidades dinâmicas, flexíveis e híbridas, enfim cinéticas. Um espaço sobrando pode ser ponto de encontro de vizinhos, local de atividade económica ou de circulação. Assim, o interesse em captar a dinâmica social que confere sentido e significados às espacialidades, já que destacam a capacidade contínua de adaptação para interagir com o meio.

Como salientado por Almeida (2009), a construção de habitações informais, espontâneas e/ou clandestinas identificam, em Cabo Verde, alguns outros aspectos sobre os quais também convém estar-se atento: é uma das formas mais eficientes de (auto)promoção de habitação, sobretudo junto dos extratos populacionais socio-economicamente insolventes, potencia o sistema de entreajuda; faz uso de técnicas e materiais que potenciam o recurso manual; desenvolve-se em paralelo com as necessidades e capacidades socio-económicas das populações, potenciando ainda a criação de créditos alternativos (através da promoção de grupos ou associações comunitárias), bem como a reprodução de espaços coletivos – como quintais e hortas (muitas vezes relacionado com um imaginário rural, já que grande parte destas populações são migrantes rurais) – o que contribui para uma ligação com o espaço de residência, bem como para “recuperar a segurança ontológica necessária à vivência num meio desconhecido, ao mesmo tempo que servem de complemento ao rendimento salarial dos habitantes”.

Fig. 10. Da necessidade de abrigo à complexificação do espaço de habitar



Fig. 11. Consolidando necessidades



Face um problema habitacional intimamente relacionado com a produção do espaço urbano, observa-se a falta de projetos arquitetónicos e urbanísticos alternativos que sobretudo promovam a “discussão na exploração de novas metodologias e programas” (Almeida, 2009). Tendo presente as situações de bairros de realojamento na Cidade da Praia e do Mindelo, a autora salienta sobre determinados problemas de funcionalidade urbana: isolados ou afastados do centro; ineficiência ou falta de comunicação viária e de transportes públicos; falta de equipamentos públicos de apoio – tais como comércio, saúde, lazer, escolar – e deficiente acessibilidade aos mesmos; concentração de famílias financeiramente insolventes; casos de sobrelotação habitacional; falta de manutenção dos bairros; espaços exteriores e espaços públicos incompletos e abandonados; bairros com imagens públicas associadas ao perigo e à insegurança. A autora observa ainda que um dos motivos que, eventualmente, explica o insucesso da promoção de habitação social e do realojamento deriva do “facto do sucesso dos projetos ser medido em termos de quantidade de alojamentos construídos, ou do número de famílias realojadas”. Uma situação que, para a autora, é ainda mais agravada pela imagem de “subproduto social” associada à estas habitações, entretanto construídas sob a égide da

racionalidade económica e da produção em série, sendo ainda pouco potenciadas como instrumentos de revalorização do meio. Citando Nuno Portas, Almeida ainda comenta que “se os ditos *bairros de lata* ou *degradados* excluía pela precariedade dos abrigos, já os novos bairros de realojamento excluem pela precariedade da urbanização e da localização e menos de alojamentos” (ver Fig. 12). Surgem, então, novos problemas: insatisfação com a falta de flexibilidade dos espaços e com a dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos; a racionalização do número de quartos e conseqüente coabitação reproduz, em certa medida, a situação anterior, não respondendo as expectativas das famílias ao nível de uma verdadeira melhoria de condições de habitabilidade; dificuldades na forma como as sociabilidades são geridas e para com a apropriação dos espaços coletivos, sobretudo as ruas, já que devido a monofuncionalidade e descontinuidade das mesmas, entre outros aspectos, estes espaços nem sempre contribuem para a ocorrência destas dinâmicas (entretanto, positivamente consideradas nos anteriores contextos residenciais informais).

Fig. 12. Habitação social próxima de bairro espontâneo e de onde, ao longe (última imagem da direita), visualiza-se a construção de novos empreendimentos imobiliários, alguns vocacionados para o turismo, em Sal Rei



Em conversa com técnicos municipais da Cidade da Praia ficou patente o seguinte tipo de questionamento: até que ponto os instrumentos urbanísticos existentes e até aqui usados apenas cumprem prerrogativas formais preestabelecidas? Não teriam estes instrumentos e procedimentos urbanísticos e de planeamento de serem também (re)inventados?

Notas Finais

A cidade cinética de que fala Mehrotra (2010) não diz somente respeito a cidade da pobreza, como tantas vezes insinuado pelos discursos e imagens constituídos sobre a cidade informal e que, em síntese, se sustentam a partir de uma perspectiva dual de olhar e trabalhar com a cidade: a cidade informal e cidade formal. Importa ter cuidado com este tipo de discurso e imagens por vários motivos. Por agora, destacam-se dois, designadamente:

- As intervenções que negam a informalidade urbana, nomeadamente com a destruição dos contextos e remoção da população, sem contudo salvaguardar-se o devido acesso à cidade. Como se a cidade formal – a cidade estática da arquitetura, como nos diz Mehrotra (2010) – aspirasse eliminar a cidade cinética a partir da sua re-codificação numa ordem formal. Um exemplo desta situação são as conseqüências menos

benéficas dos recentes processos de (re)urbanização de muitas das favelas de cidades brasileiras, onde se observa que da anterior reivindicação por urbanização da favela, tende a aumentar as reivindicações sociais sobretudo em prol do direito à cidade, como um direito de ficar onde já se está.

- As intervenções urbanas que se aliam a uma espécie de ideal romântico da cidade informal que, estetizada e estilizada, parece ser destituída do seu conteúdo socio-político e económico, inferindo igualmente factores relacionados com a violência quotidiana, exclusão e a segregação socio-espacial (Davis, 2006).

Aqui é fundamental recuperar a aceção original da ideia de cidade informal, nomeadamente no que se refere aos desiguais modos com que os recursos urbanos são distribuídos, já que tal permite considerar a necessidade de expandir-se o acesso às infraestruturas sociais e físicas que correspondem a uma “cultura da cidade num sentido mais lato” (Mehrotra, 2010). Pelo que, a cidade cinética não deve ser tomada como instrumento de desenho urbano, mas antes:

“(…) como uma demanda das conceções de urbanismo, criando e facilitando ambientes que sejam versáteis e flexíveis, robustos e ambíguos o suficiente para permitir a qualidade cinética da cidade florescer. Talvez a cidade cinética possa ser tomada como uma tática de abordagem a adotar no lidar com o urbanismo temporário ou de altas densidades e intensidades” (Mehrotra, 2010).

Na verdade, mais do que nos retermos num debate que se posiciona a partir de formas espaciais abstratas (ex. lugar fechado/espço aberto, lugar concreto/espço abstrato), tem interesse considerar as relações que se constituem entre o que se coloca como aberto e fechado (Massey & Keines, 2004). Isto é, mais do que estar-se atento as formas abstratas, *a priori*, pré-estabelecidas, interessa considerar as questões de contexto e conteúdo. Como refere Segaud (2010), fundamentalmente interessa abordar a “relação prioritária espaço e sociedade como um todo e a habitação como um fenómeno social total”. Aqui, o ato de habitar é “essencial” e, como tal, demanda uma “arquitetura essencial” (e porque não também dizer que demanda um *urbanismo essencial*?).

Tendo em consideração o proliferar de realidades cinéticas em nossas realidades urbanas (e como tal o proliferar de problemas ligados ao complexo campo do habitar), um dos aspectos que interessa explorar e aprofundar relativamente à reflexão aqui desenvolvida é, por um lado, o estudo dos micro-processos sociais de constituição e complexificação das espacialidades cinéticas. Aqui importa observar, descrever e analisar as dinâmicas de gestão de recursos mínimos, isto é, como a sociedade vai respondendo as necessidades quotidianas, procurando

compreender em que medida as respostas cineticamente fornecidas podem inspirar uma arquitetura essencial. Recuperar a iniciativa espacial do habitante é essencial no arquitetar de respostas mais adaptadas que, como tal, são essenciais.

Bibliografia

ALMEIDA, Betânia R. Timas (2009). *Pensar e Construir Habitação: O Contexto do Realojamento Social na Cidade do Mindelo*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

COUTO, Carlos F. (2010). *Incerteza, Adaptabilidade e Inovação na Sociedade Rural da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

DAVIS, Mike (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

DRUMOND, Didier (1981). *Achitectes des favelas*. Paris: Dunod.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton (2004). *Filosofia Política da Espacialidade: Algumas Considerações*. Geographia, n.º 12, Niterói, RJ, UFF/EGG, pp. 7-23.

MEDINA DO NASCIMENTO, Judite (2009). *As relações entre o crescimento urbano e os sistemas de gestão e de planificação da Cidade da Praia em Cabo Verde*. 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, Cidade da Praia.

MEHROTA, Rahul (2010). "Foreword". In HERNÁNDEZ, Felipe *et al* (ed.), *Rethinking the Informal City – Critical Perspectives from Latin America*. New York / Oxford: Berghahn Books, pp. xi-xiv.

Mehrotra, Rahul (2007). "Remaking Mumbai". *Urban Age*, Newspaper Essay, Mumbai, November. [Consultado en 20.11.14]. Disponible en <http://ewf.urbz.net/tag/rahul-mehrotra/>

Mehrotra, Rahul (2008). "Negotiating the estatic and kinetic cities. The emergent urbanism of Mumbai". In HUYSSSEN, Andreas (ed.), *Other Cities, Other Worlds: Urban Imaginaries in a Globalizing Age*. Londres: Durham, N.C., Duke University Press.

MENEZES, Marlucci (2013a). "Entre as formas de ocupação informal da cidade e o (re)pensar das práticas de urbanismo: contributos de uma antropologia do espaço". *Atas do 2º CIHEL – Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono*. Lisboa, LNEC, 13 a 15 de março

MENEZES, Marlucci (2013). "Lo potencial inexplorado de la cinética urbana en la creación de infraestructuras y servicios innovadores". In ESPINOSA, Jaime E., et al (ed.) *Infraestructuras Urbanas en América Latina: gestión y construcción de servicios y obras públicas*. Quito: IAEN, pp. 33-50.

SEGAUD, Marion (2010). *Anthropologie de l'espace: Habiter, fonder, distribuer, transformer*. 2.ª ed. Paris: Armand Colin.